O QUE DUAS PROFESSORAS QUE ATUARAM NO ENSINO RURAL TÊM PARA NOS CONTAR? LEMBRANÇAS DE VIDA, HISTÓRIAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E TRAJETÓRIAS PESSOAIS E PROFISSIONAIS[1]

WHAT TWO TEACHERS THAT ACTED IN THE RURAL TEACHING HAVE TO TELL US? MEMORIES OF LIFE, HISTORIES ON LITERACY AND PERSONAL AND PROFESSIONAL PATHS

Graziela Franceschet Farias[2]
Helenise Sangoi Antunes [3]

Resumo

Este texto é oriundo de uma pesquisa que compôs minha Dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM) e que buscou uma aproximação com as histórias de vida de duas professoras que atuaram no ensino rural de Santa Maria/RS. O objetivo que norteou esta construção é: "estabelecer uma aproximação com as histórias de vida de duas professoras que atuaram no ensino municipal rural do município de Santa Maria - RS, a fim de (re) contar duas histórias de atuação no ensino rural, perpassando pelas lembranças de escola, pelos processos formativos e pelas trajetórias educacionais"**.** A metodologia está fundamentada em uma abordagem qualitativa, mediante o Método Biográfico – Histórias de Vida. Utilizou-se como instrumentos de coleta de informações as entrevistas semi-estruturadas orais e a autobiografia oral e escrita, o que proporcionou recontar as trajetórias pessoais e profissionais das colaboradoras. Como decorrência do estudo, menciona-se o levantamento bibliográfico de cunho qualitativo que possibilitou uma aproximação com os estudos sobre História e Memória, Memória e História de Vida, Formação de Professores e trajetória histórica da profissional para o Ensino Rural, História da Educação e da Alfabetização e Cartilhas de Alfabetização; e, a partir dos instrumentos de coleta de informações, emergiram as seguintes categorias de análise: "lembranças de escola", "processos formativos" e "trajetórias educacionais" de duas professoras colaboradoras que, ao longo da atuação, contribuíram de forma significativa para a História da Educação do município. A construção e a elaboração do Projeto-Piloto de Nuclearização das Escolas Municipais Rurais (1989-1990) e da Cartilha "João-de-Barro" (1984) significou para a época e para o conjunto das Histórias de Vida, a superação de dificuldades profissionais e demonstrou as responsabilidades assumidas com a educação do município no momento em que seguiram a carreira do magistério. Tais (re) construções de Histórias de Vida conferiram cor, movimento e vida ao trabalho de pesquisa, o que

---

[1] Artigo elaborado a partir da Dissertação de Mestrado em Educação de mesmo título como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM).

[2] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Santa Maria – gfranceschet@yahoo.com.br

[3] Prof.ª Dr.ª Orientadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM). E-mail: professora@helenise.com.br.

Artigo recebido em junho de 2010; aprovado em agosto de 2010

possibilitou conhecer “parte” de duas trajetórias pessoais e profissionais de mulheres que representam junto a seus pares e a comunidade “Lideranças docentes”, “Professoras empreendedoras” e “Professoras marcantes”.

Palavras-Chave: Histórias de Vida – Formação de Professores - Educação Rural.

Abstract

This text is part of a research that composed my Dissertation of Master's degree, linked to the *Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM)* and that looked for an approach with the histories of two teachers' life that acted in the rural teaching of Santa Maria/RS. The purpose that orientated this construction is: to "establish an approach with the histories of two teachers' life that acted in the rural municipal teaching of the municipal district of Santa Maria- RS, in order to (re) count two histories of performance in the rural teaching, crossing the school memories, the formative processes and the educational and professional paths of the collaborators”. The methodology is based in a qualitative approach, through the Biographical Histories of Life Method. It was used as instruments of collection of information the oral semi-structured interviews and the oral and writing autobiography, what provided me to recount the collaborators' personal and professional paths. As consequence of the study, it is mentioned the bibliographical rising of qualitative stamp that it made possible an approach with the studies on History and Memory, Memory and History of Life, Formation of Teachers and the professional's historical path for the Rural Teaching, History of the Education and of the Literacy and Books of Literacy; and, starting from the instruments of collection of information, the following analysis categories emerged: “school memories”, "formative processes" and “educational and professional paths” of two teachers, that along the performance as teachers, they contributed in a significant way to the History of the Education of the city. The elaboration of *Projeto-Piloto de Nuclearização das Escolas Municipais Rurais* (1989-1990) and Book of Literacy “*João-de-Barro*” (1984) meant for the time and for the group of the Histories of Life, the growth of professional difficulties and it demonstrated the responsibilities assumed with the education of the municipal district when they followed the career of the teaching. Such (re) constructions of Histories of Life checked color, movement and life to the research work, the one that made possible to know "part" of two personal and professional paths of women that represent their pairs and the community "Educational leaderships", "Enterprising teachers" and "Outstanding teachers".

Key-word: Histories of Life - Teacher Training - Rural Education.

1. Introdução

Este artigo é resultado do trabalho desenvolvido ao longo de dois anos no Curso de Mestrado em Educação (PPGE) pela Universidade Federal de Santa Maria, que me proporcionou a imersão na história da educação e da alfabetização, assim como, o prazer de poder compartilhar, com duas professoras que atuaram no ensino rural de Santa Maria/RS, suas memórias e suas histórias de vida no que diz respeito à escolha e trajetórias educacionais.

Neste sentido, esta pesquisa buscou constituir uma aproximação com duas professoras que atuaram no ensino rural de Santa Maria e convidá-las a redescobrir as passagens que marcaram suas histórias de vidas quanto às lembranças de escola e de alfabetização, da formação inicial e continuada e da carreira docente e também construir um olhar sensível aos percursos seguidos por estas duas professoras, assim como pelas escolas rurais, onde tudo começou. Lugares singulares, as escolas rurais representam um espaço de troca de saberes, de vivências, de práticas, de experiências e principalmente, de superação por todos aqueles envolvidos no cotidiano destas escolas.

Buscou-se, através de materiais bibliográficos, de documentos, de referenciais teóricos, das entrevistas semi-estruturadas e das autobiografias, contemplar parte de uma história da Educação e da Alfabetização rural, assim como quanto à formação inicial e às histórias de vida destas duas professoras que atuaram no ensino rural de Santa Maria/RS.

São as professoras Irene Fernandes dos Santos e Cleusa Alves Denardin. Professoras que, ao longo de suas trajetórias profissionais, demonstraram, através de suas histórias de vida, que força de vontade e união fazem a diferença quando falamos de Educação e de mudanças na forma de ser estar na profissão docente.

2. LEITURAS ACERCA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO RURAL EM PERSPECTIVA NACIONAL

Ao longo do tempo que permaneci como aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, foi proporcionada a oportunidade de participar de inúmeras discussões sobre a Formação de Professores em eventos científicos: conversas informais, estudos no Grupo de Pesquisa, entre outros. Neste sentido, pensa-se ser oportuno este espaço para dividir com os demais leitores alguns apontamentos sobre a temática e compartilhar o quanto as leituras sobre a Formação de Professores, em especial, para o ensino rural, contribuíram de forma significativa para este trabalho.

> Em nosso país, desde o final do século XIX, especialmente com a Proclamação da República, a educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade. A escola, por sua vez, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado Republicano, pautado pela necessidade de instauração de uma nova ordem política e social; e a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do "esclarecimento das massas iletradas". No âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social. A leitura e a escrita - que até então eram práticas culturais cuja aprendizagem se encontrava restrita a poucos e ocorria por meio de transmissão assistemática de seus rudimentos no âmbito privado do lar, ou de maneira menos informal, mas ainda precária, nas poucas "escolas" do Império ("aulas régias") – tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga e gratuita e objeto de ensino e aprendizagem escolarizados. Caracterizando-se como tecnicamente ensináveis, as práticas de leitura e escrita passaram, assim, a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados (MORTATTI, 2006, p.2).

As leituras realizadas, a pesquisa incessante e a vivência que a sala de aula proporcionou durante o 1º ano do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria permitiram aprofundar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação inicial no tocante à formação e ao desenvolvimento profissional de professores. Neste contexto, decide-se ir mais além e, nos tópicos *a posteriori*, apresentar um referencial teórico que contemple o ensino rural em Santa Maria, a configuração, inicialmente, das escolas individualizadas e posteriormente em escolas nucleadas, assim como da História da Alfabetização através de um olhar sobre as cartilhas de alfabetização que circularam no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Santa Maria, principalmente no século XX.

A partir desta discussão inicial, acrescenta-se a este trabalho os estudos que outras instituições e professores pesquisadores têm desenvolvido sobre a História da Alfabetização e, mais especificamente, sobre as cartilhas utilizadas para o processo de alfabetização, as quais circularam fortemente nas instituições escolares brasileiras e rio-grandenses durante o século XIX e XX.

Ao estudar e tentar compreender a trajetória das escolas e dos professores rurais ao longo da História da Educação, foi propiciada uma significativa oportunidade de aproximar-se de parte de uma história que ainda permanece pouco contemplada e que, em detrimento da modernização da sociedade e dos avanços tecnológicos, está inevitavelmente condenada a extinguir-se. Durante o envolvimento com a temática em estudo, foi possível perceber o

distanciamento entre o urbano e o rural e a dificuldade das escolas e dos profissionais do meio rural estabelecerem uma relação de complementaridade entre as experiências urbanas e rurais.

No entanto, autores como Therrien; Damasceno (1993), Quadros (2002), Peres;Tambara (2003), Peres (2007), Amiguinho(2008), Beltrame; Zancanella (2008), Canário (2008) e Esperança; Dias (2008) preconizaram a escrita sobre a História da Educação e a Formação de Professores no meio rural, tendo como referências iniciais as décadas de 30 e de 40.

Cabe lembrar que o Brasil permaneceu, conforme Therrien; Damasceno (1993), por um longo período, essencialmente, um país agrário, com sua população residindo, quase que em sua totalidade no meio rural.

> O princípio do fim do mundo rural tradicional pode ser assinalado, nos primórdios do capitalismo, com o processo de vedação das terras ("enclouures"), integrando-as numa economia de mercado e transformando-as, posteriormente, em fábricas a céu aberto. A história da crise do mundo rural confunde-se, portanto, com a história do triunfo do mercado e dos seus valores civilizacionais (CANÁRIO, 2008, p. 38).

No entanto, como remete o fragmento, a chegada do capitalismo e a mercantilização da economia obrigou a desestruturação do tradicional meio rural para dar lugar a um cenário de modernização, advindo principalmente da Revolução Industrial.

A década de 30 no Brasil é tomada como referência para a Educação rural no momento em que começam a surgir programas de escolarização considerados relevantes para as populações do campo, através das idéias do chamado "ruralismo pedagógico" (BRASOLIN; ECCO, 2008).

Para Therrien; Damasceno (1993), as décadas subsequentes configuraram um cenário de tomada de "consciência educacional", materializada através do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Nos anos 60 e 70, conforme apontam Therrien; Damasceno (1993), inicia-se uma onda de políticas públicas manifestadas através de Planos e Projetos para as escolas rurais. Conforme o fragmento abaixo,

> O Plano Setorial de Educação (1975-1979) que estabeleceu criar condições para o desenvolvimento de programas de educação no meio rural a fim de garantir uma melhoria socioeconômica para os moradores dessas áreas e; A Secretaria Geral do MEC realizou cursos de formação para educadores do meio rural (BRASOLIN; ECCO, 2008, p. 3).

Diante deste movimento de aceleração econômica e social, a Educação no meio rural também sofreu mudanças e, até os dias de hoje, tem tentado conviver com as conseqüências causadas, principalmente, pela saída da população do meio rural para o meio urbano e, tão logo, pela falta de zelo e de valorização do lugar onde vivem.

Com o início da Globalização, a partir dos anos 70, principalmente as grandes cidades, como São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, tornaram-se pólos atrativos de trabalho e de expectativa de vida. As populações que até então residiam no meio rural, passaram a ocupar o espaço urbano de forma desordenada e acelerada.

> A instituição escolar desempenhou um papel fundamental na produção de uma força de trabalho disciplinada e capaz de se integrar em modalidades de crescente racionalidade da organização do trabalho, baseada na hierarquia, na segmentação das tarefas e na dissociação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho. A cobertura do território nacional por uma rede de escolas baseava-se numa concepção de homogeneidade e uniformidade deste mesmo território (CANÁRIO, 2008, p. 39).

Analisando o fragmento e transpondo para a realidade do Rio Grande do Sul, a situação configurou-se de modo semelhante. Era depositada nas escolas rurais a esperança de que a situação do meio rural pudesse converter-se em algo que trouxesse prosperidade e oportunidades de trabalho.

> Percebe-se, assim, a necessidade de uma política educacional voltada para a sociedade rural, envolvendo a ampla gama de experiências e princípios deste meio. É preciso ter clareza quanto ao espaço físico da escola, à formação dos professores, material didático, atividades desenvolvidas, metodologias, avaliação, horários escolares, enfim, fatores determinantes da cultura rural. As falhas não estão somente nos conteúdos e nas estruturas do ensino, mas no enfoque situado e na visão de mundo atual. Faz-se necessário planejar com o homem rural a educação que lhe é destinada, partindo de seus valores, necessidades, linguagem e modo de vida, numa proposta intercultural de conteúdos (BRASOLIN; ECCO, 2008, p.5).

Com a cronologia histórica disposta acima e dos muitos momentos decisivos pelos quais percorreram as políticas de organização, de regulamentação e de implementação para as escolas rurais (campo) em nível nacional, somente a partir de 2002, o Conselho Nacional de Educação (CNE) dispôs acerca das Diretrizes Nacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Cria-se, então, pelo Ministério da Educação (MEC), um Grupo Permanente de Trabalho (GPT), que tem como objetivos as discussões permanentes sobre as políticas públicas que venham a atender as necessidades e as demandas dos povos do campo, na ótica de que a educação deve ser um instrumento para o desenvolvimento sustentável do Brasil rural (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007).

> Em resposta às demandas dos movimentos sociais do campo, o Ministério da Educação, em 2004, criou uma Coordenação Geral de Educação do Campo, integrada à nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Esta iniciativa representou a incorporação definitiva do tema na agenda educacional nacional. O mesmo despertar para a problemática da educação do campo vem ocorrendo no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de ensino. De fato, a União dos Dirigentes

> Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) também têm colocado a educação do campo como uma das pautas de suas agendas políticas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2007, p. 7).

A partir da análise do parágrafo acima, pode-se perceber que as políticas públicas voltadas para atender as demandas e as necessidades das escolas sediadas no meio rural são bastante recentes. Somente a partir de 2002, foram estabelecidos os primeiros movimentos que focaram as escolas rurais (campo) brasileiras.

Nas etapas seguintes desta escrita, o objetivo é o de estruturar um panorama sobre a educação rural, levando em consideração os levantamentos realizados pelo INEP (2007) no que diz respeito ao perfil sócio-econômico da população rural brasileira, ao acesso à educação, à qualidade do ensino, à caracterização da rede escolar, às condições de funcionamento das escolas rurais e ao perfil dos professores.

Quanto às primeiras análises, estabelecidas através dos levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) através do Panorama da Educação no campo (2007), as principais demandas apanhadas foram:

> A insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento; a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana; a necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas; a implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural, que se adapte à característica da clientela, em função dos períodos da safra.

Este diagnóstico representa e materializa a realidade nacional, porém ao se voltar os olhares para a região Sul do Brasil, mais especificamente para a realidade do município de Santa Maria (RS), a situação não se apresenta diferenciada.

A respeito das escolas rurais localizadas no município de Santa Maria, mencionam-se algumas informações relevantes, fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) do município, adquiridas durante uma palestra ministrada pelas Professoras Edinara e Cléia, no dia 24 de Setembro de 2008, na I Semana Acadêmica Integrada das Licenciaturas e XVII Semana Acadêmica do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Na

palestra intitulada “Educação no Campo”, as professoras expuseram os princípios norteadores que regem as escolas rurais hoje, são eles: “valorização dos recursos do meio, integração, participação e contextualização”.

Dentre estes princípios norteadores, a “contextualização” foi mencionada pelas coordenadoras como o mais desafiador. A explicação dada a tal proposição dá-se no sentido de que, os educadores que atuam no meio rural do município são, em sua maioria, advindos da cidade, do meio urbano. Sendo assim, a principal dificuldade apontada por eles constitui-se em desenvolver mecanismos e/ou metodologias capazes de despertar no educando, a valorização do meio e dos saberes sociais que cada um deles carrega consigo.

Estes anseios são expressos e revelados, principalmente, pelo fato de que este educador não pertence àquele meio, não carrega no seu saber experiencial a realidade vivenciada no meio rural e necessita, pelo papel que desempenha, dar conta destes saberes. As políticas públicas para a formação continuada destes professores têm ficado, para essa realidade, muito aquém. É com urgência a necessidade de os olhares políticos e sociais voltarem-se para a realidade do meio rural, oferecendo formação de qualidade e condições para que estes profissionais consigam atender a uma demanda cada vez maior e mais exigente.

Foi dado destaque, ainda, para os objetivos da Educação das escolas rurais em Santa Maria/RS, que são: prioridade para as políticas públicas que concedam melhorias, tanto para o ensino, quanto para infra-estrutura; valorização do espaço e da vivência dos alunos dessas escolas; e valorização da vivência em/na comunidade. Neste momento, ainda, as professoras proveram um panorama educacional das escolas rurais do município.

Até 1990, o ensino rural em Santa Maria oferecia turmas multisseriadas de 1ª a 4ª série, distribuídas em mais de 100 escolas. A partir da década de 90, o ensino modificou-se e passou a ser marcado pelas políticas públicas de nuclearização.

> As escolas núcleo – rurais têm por objetivo principal oferecer às comunidades rurais o ensino básico (educação infantil e ensino fundamental), através do agrupamento de pequenas escolas unidocentes em uma escola núcleo que tem por finalidade proporcionar uma educação básica de melhor qualidade, adequada à realidade do meio rural, oportunizando um efetivo programa de educação pelo trabalho e para o trabalho, contribuindo para a autopromoção do homem do campo a partir do seu contexto sócio-cultural, incentivando sua fixação nesse meio, organizando a população rural e sua participação consciente no desenvolvimento sócio-econômico e cultural da comunidade, valorizando a melhor utilização dos recursos disponíveis (FARAH; BARBOZA, 2001).

Este modelo de escola oportuniza, segundo as professoras, a ampliação do atendimento, o que proporcionou a essas escolas, oferecerem o Ensino Fundamental completo. Com a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96), ampliaram-se as propostas e as discussões acerca do espaço escolar rural. No ano de 2002, foram definidas, pelo Ministério da Educação (MEC), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo[4], com o objetivo de repensar o rural.

Atualmente, o Brasil caracteriza-se por ser um país essencialmente urbano, pois, em 2004, atingiu-se a marca de 83% da população residindo no meio urbano, contra 16,9% residindo no meio rural. Na região Sul, este índice cai para 82% da população caracterizada como urbana e 18% como rural (IBGE, 2000). Estes números podem ser justificados pelo sistema capitalista ao qual estamos submetidos, em que o meio rural tornou-se, a partir do novo modelo econômico, menos atrativo e com menores índices de emprego, de salários e de educação que mantivessem a população residindo no meio rural.

Os índices anteriormente destacados estabeleceram fortes ligações quando se analisou o perfil socioeconômico da população rural. Hoje, cerca de 30,8 milhões de brasileiros residem no campo. Deste número, 6,6% possui rendimento médio acima de três salários mínimos, enquanto que este percentual sobe, na zona urbana, para 24,2% (IBGE, PNAD, 2004). Isto demonstra que a população da zona rural não está, em sua maioria, vinculada a um rendimento fixo (salário mínimo) e que as possibilidades de sobrevivência se ampliam em função do meio ao qual está vinculada.

Quanto aos índices de escolarização da população residente no meio rural, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004), a população de 15 anos ou mais tem em média 3,1 anos de estudo, o que equivale a menos da metade da escolaridade média da população urbana, de 6,3 anos. Na região Sul do Brasil, os anos de estudos em relação à média nacional, baixa para 5 anos no meio rural e sobe para 7,7 anos no meio urbano. Paralelamente, quanto aos índices de acesso à educação (PNAD, 2004) na região Sul, a taxa de freqüência líquida no ensino fundamental da população rural é de 95,6% e do ensino

---

[4] A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino. Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002).

médio é de 48,2%. Para a população urbana, os índices equivalentes são de 95,4% e de 54,6%, respectivamente.

Para realizar uma análise qualitativa do ensino no meio rural, seria necessário retomar historicamente o desamparo aos quais as populações rurais têm sido submetidas ao longo do tempo.

> Diante da debilidade do capital sociocultural da população do campo, decorrente do desamparo histórico a que vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade se transforma numa das ações prioritárias para o resgate social dessa população. A educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. A situação insatisfatória da educação básica na zona rural pode ser analisada a partir da taxa de distorção idade-série, que revela o nível de desempenho escolar e a capacidade do sistema educacional de manter a freqüência do aluno na sala de aula. Se a falta de sincronismo idade-série é um problema ainda a ser superado nas escolas urbanas, o quadro na zona rural se apresenta agravado (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2007, p. 19).

Analisando o fragmento de texto acima, é possível perceber que mesmo com todas as mudanças e os investimentos pelos quais a educação tem passado ao longo de muitas décadas, as diferenças entre cidade-campo perduram engessadas, principalmente no que diz respeito à alfabetização. As crianças passam a ingressar na escola em idades cada vez mais tardias, o que acarreta baixo desempenho e conseqüentemente o abandono da sala de aula, porque muitos não têm o acesso à educação infantil, pois desde a tenra idade, já acompanham os pais no cotidiano da lavoura, na lida do campo. Estas situações contribuem de maneira efetiva para o crescimento dos índices de crianças envolvidas no trabalho infantil[5]. A seguir, encontra-se a figura 1 que se remete à gravura do cartaz de um menino rural, divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em defesa da educação para as crianças do país sem trabalho infantil.

---

5 O relatório diz que o perigo de aumento do trabalho infantil de meninas está ligado ao fato de que em muitos países as famílias dão preferência aos meninos quando tomam decisões sobre a educação dos filhos (1). O aumento da pobreza como resultado da crise poderia levar as famílias pobres com muitos filhos a ter que decidir quais filhos podem permanecer na escola. Nas culturas nas quais se dá mais valor à educação das crianças do sexo masculino, as meninas correm o risco de serem retiradas da escola e ficam mais vulneráveis para entrar no mercado de trabalho em uma idade precoce. Outros fatores que poderiam elevar os números do trabalho infantil incluem cortes nos orçamentos nacionais de educação e um declínio nas remessas dos trabalhadores migrantes, porque muitas vezes estes recursos ajudam a manter as crianças na escola (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, RELATÓRIO 2009).

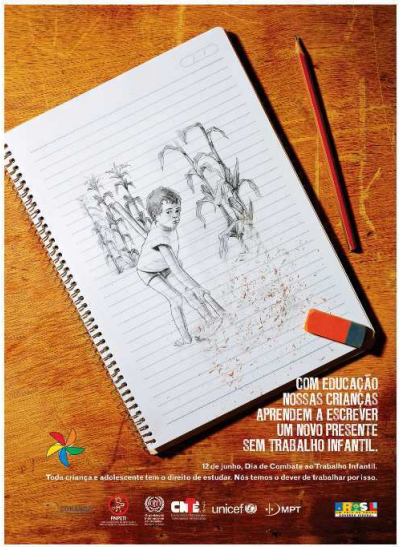

Figura 1: Cartaz: Menino Agrícola
Campanha da Organização Internacional do Trabalho contra o trabalho infantil
Fonte: OIT – Organização Internacional do Trabalho (2009).

Outro aspecto a considerar é que há certa incompatibilidade entre o calendário escolar e o calendário agrícola, o que faz com que muitas crianças e jovens abandonem a escola no período da colheita. Por isso, há necessidade de uma adequação quanto a estas possibilidades de harmonização entre estes dois calendários.

Os altos índices de evasão escolar no campo, além de estarem intrinsecamente ligados à infra-estrutura e à falta de incentivos das políticas públicas, passam a estar vinculados fortemente à qualidade do ensino, o que interfere de maneira decisiva nas condições de funcionamento das escolas rurais. Com o aumento expressivo do êxodo rural, em especial na década de 60, as escolas rurais passaram a atender cada vez menos alunos e, em muitos casos, escolas foram fechadas, motivadas pela falta de estudantes. Para que se possa ter uma ideia em nível de Brasil, no período de cinco anos (2000-2005), houve uma diminuição significativa do número de estabelecimentos de ensino rurais, uma queda de 110.853 para 88.955 escolas (INEP, 2007).

O Censo Escolar (2005) mostrou que, quanto à organização das escolas de educação básica na área rural, 59% são formadas, exclusivamente, por turmas multisseriadas ou unidocentes. A realidade quanto à qualidade do ensino, infra-estrutura básica desses estabelecimentos reflete-se principalmente quando se analisa o perfil dos professores que atuam nesses estabelecimentos rurais. Novamente, menciona-se a capacitação específica desses docentes para atuarem no meio rural e em classes multisseriadas (a contextualização aludida pelas professoras rurais anteriormente), a acumulação de tarefas administrativas, falta de material pedagógico e, mais grave ainda, a falta de recursos humanos. Segundo o INEP

(2007), se houvesse melhorias e investimentos nas escolas rurais, as classes multisseriadas seriam uma boa alternativa, pois passariam a atender as demandas destas populações no sentido de oferecer escolas próximas do local de moradia dos alunos, onde a comunidade local pudesse atuar de forma mais participativa nas atividades da escola e de seus filhos.

Porém, o cenário está longe disto. O que tem ocorrido é exatamente o contrário. Falta infra-estrutura física e a sobrecarga dos professores rurais tem levado ao aumento da rotatividade desses professores, o que tem influenciado significativamente no processo de ensino-aprendizagem (INEP, 2007).

Na iniciativa de minimizar os problemas enfrentados pelos estabelecimentos rurais, em 2006, o Ministério da Educação (MEC) propôs a criação e a realização de cursos de licenciatura em educação do campo, com a pretensão de formar profissionais da Educação voltados estritamente para a realidade na qual viriam a atender. No entanto, a iniciativa é recente e dependeria de recursos financeiros provindos do MEC e inicialmente da infra-estrutura já existente das instituições públicas de ensino superior.

No que diz respeito ao perfil dos professores que atuam no ensino rural, os baixos investimentos na qualificação profissional e a diferenciação salarial em relação ao meio urbano revela o baixo nível de escolaridade dos professores que atuam no meio rural, demonstrando, assim, a carência da zona rural.

> Pesquisas realizadas no Brasil e em outros países têm comprovado que o professor é decisivo para o sucesso da aprendizagem dos alunos; apesar desse consenso, as condições de trabalho dos profissionais do magistério permanecem precárias. No caso específico da área rural, além da baixa qualificação e dos salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outros problemas, sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção. O nível de escolaridade dos professores revela, mais uma vez, a condição de carência da zona rural. No ensino fundamental de 1ª a 4ª série, apenas 21,6% dos professores das escolas rurais têm formação superior, enquanto nas escolas urbanas, esse contingente representa 56,4% dos docentes. O que é mais preocupante, no entanto, é a existência de 6.913 funções docentes sendo exercidas por professores que têm apenas o ensino fundamental e que, portanto, não dispõe da habilitação mínima para o desempenho de suas atividades (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2007, p. 33).

Diante desse quadro de abandono e da falta de políticas públicas de valorização da carreira docente no meio rural, é fato a necessidade emergencial de ações que privilegiem a qualificação profissional destes professores para que eles possam permanecer na carreira e na atuação em sala de aula. Cabe ao governo, inicialmente, em instância federal, elaborar

propostas de melhorias para as escolas rurais e investimentos incessantes na formação continuada destes profissionais. Ao visitar as escolas municipais rurais de Santa Maria, afirma-se que existe sim, muita força de vontade, ânimo, motivação e vontade de vencer no meio rural, tanto por parte de escola como por parte de alunos e de suas famílias, mas o que falta ainda é o interesse por parte do poder institucional para qualificar os formadores, os professores em formação e os professores que estão atuando nesta realidade para operar nesta modalidade de ensino.

Os investimentos conjuntos e o acreditar no ensino rural das três esferas de governo envolvidas, fazem crer que mudanças efetivas são possíveis e que as experiências e os saberes já constituídos de educação rural devem ser reconhecidos e valorizados, locais, regional e nacionalmente.

3. UMA HISTÓRIA DO ENSINO RURAL EM SANTA MARIA: UM OLHAR SOBRE ESTA TRAJETÓRIA (QUE É HISTÓRICA)

Ensino escolar municipal rural no município de Santa Maria. Este é ponto inicial deste capítulo, de onde se pretendeu lançar um olhar sobre uma trajetória (que é histórica): o processo de nuclearização de escolas localizadas no meio rural do município de Santa Maria – RS. A partir dos estudos já realizados, destaca-se neste capítulo, um recorte da História do Rio Grande do Sul com registros no interior do Estado, de pessoas que criaram, participaram e deixaram sinais por onde passaram.

> O Rio Grande do Sul teve e tem, em seu meio, educadores que fizeram a História da Educação rio-grandenses, cujas histórias individuais correm o risco de perder-se, pois não há acervo a respeito. Ademais, a história pessoal e profissional, antes de ser unicamente individual, tem natureza social, pois se inscreve na e constrói a própria História da Educação e da Profissão Docente em nosso estado. A História de Vida de destacados educadores rio-grandenses com a inclusiva história profissional de cada um é, sem dúvida, um manancial rico de ser explorado, dando-lhe visibilidade, constituindo-se certamente, em material de consulta para estudantes de todos os níveis de ensino, mas, muito especialmente, para alunos de cursos de formação de professores em nível de graduação, mestrandos e doutorandos em educação, educadores, em geral e, de forma especialíssima, para pesquisadores que investigam integrando as Linhas de Pesquisa em Ensino e Educação de Professores – entendida não só no que respeita à formação inicial, mas, muito especialmente, no que se refere à formação continuada do professor – e de História da Educação (ABRAHÃO, 2004, p. 13).

Nesse sentido, utiliza-se da figura de uma mulher Rio-grandense e Santamariense, nascida na localidade de Pains, 3º distrito de Santa Maria, chamada Profª. Irene Fernandes dos Santos, colaboradora desta pesquisa e cujo sobrenome confere nome à Escola Municipal de

Ensino Fundamental Bernardino Fernandes, hoje Escola Núcleo da localidade. No ano de 2007, em visita à Escola Bernardino Fernandes e conversando com a atual Diretora da escola, teve-se o privilégio de entrar em contato com a Profª. Irene e de tê-la como interlocutora e colaboradora para a construção desta proposta de trabalho. E é através da figura desta mulher que se conta um pouco sobre a História da Educação em nosso município e porque não dizer, de parte de uma História da Educação Brasileira, no sentido de complementar os escritos sobre a temática.

Profª. Irene Fernandes dos Santos, no ano de 1993, brinda-nos com a dissertação de Mestrado intitulada: "Escola Núcleo como alternativa para a Educação Rural: uma análise sócio-histórica de uma experiência pedagógica no município de Santa Maria – RS, tornando-se um marco histórico para o ensino rural do município e para o momento político e histórico da época em que foram criadas e postas em prática escolas dessa natureza.

A construção do Projeto Piloto de Experiência Pedagógica "Nuclearização de Escolas na Zona Rural de Santa Maria" (SANTOS, 1993) teve seu início, efetivamente, no ano de 1989, e o contexto educacional e político no município de Santa Maria da época estava assim caracterizado:

> Em decorrência da nova legislação do ensino brasileiro, a partir de 1972 houve preocupação da Secretaria Estadual, através da 8ª Delegacia da Educação e da Secretaria Municipal de Educação em regularizar as escolas de ambas as redes no Município. Através de atos legais, as escolas passaram a ter seu funcionamento devidamente autorizado e/ou foram reorganizadas, algumas delas reduzindo e outras ampliando as séries do ensino fundamental. Muitas escolas rurais receberam, legalmente, uma denominação patronímica, recaindo a escolha do patrono, quase sempre, no nome do doador do terreno para a construção do prédio escolar ou em figuras de projeção histórica (SANTOS, 1993, p.63).

A figura 2 remonta ao processo de constituição das escolas-núcleo rurais do município de Santa Maria/RS na fase inicial de consolidação do Projeto-Piloto idealizado pela Profª. Irene a partir da atuação como Supervisora do Ensino Rural na Secretaria Municipal de Educação (SMEd).

Escolas Núcleo

O Projeto de Experiência Pedagógica "Nuclearização de Escolas da Zona Rural" constitui-se num processo de agrupamento de pequenas escolas unidocentes de uma região rural, em uma **Escola-Núcleo**, com características próprias de organização e funcionamento.

Tem o objetivo de oferecer o ensino de 1º grau completo de melhor qualidade, adequado à realidade do meio rural.

Hoje, estão em funcionamento 9 (nove) escolas, sendo que 4 delas oportunizam atendimento em período integral de 3 (três) dias alternados.

São oferecidos aos alunos três refeições ao dia e transporte escolar.

Figura 2: Nota sobre o Projeto Piloto de Experiência Pedagógica "Nuclearização de Escolas na Zona Rural" (sem data).
Fonte: Arquivo Pessoal Profª. Irene Fernandes dos Santos, 2009.

Muitos foram os desafios enfrentados, principalmente pela Secretaria Municipal de Educação para a implantação e para a consolidação deste Projeto Piloto, que visava, acima de tudo, a oferecer subsídios sócio-estruturais para que as escolas localizadas no meio rural do município atendessem a um número maior de alunos, de forma concentrada e com a devida qualidade no ensino.

Na época, conforme aponta Santos (1993), as escolas rurais apresentavam um significativo declínio no número de alunos, em função principalmente do êxodo rural[6] e das baixas expectativas de investimentos, principalmente por parte do governo municipal, que deixava de investir em escolas com números restritos de alunos.

> No final dos anos 80, o município de Santa Maria contava, em nível de estado, com a maior rede de escolas municipais rurais. Assim é que, além de sete (7) escolas estaduais localizadas nas sedes distritais, encontravam-se em funcionamento na zona rural santa-mariense cento e vinte e seis (126) escolas integrantes da rede municipal de ensino, sendo quatro (4) dessas escolas do acordo PRADEM[7] (Programa Estadual de Apoio ao

[6] Êxodo Rural é entendido como um movimento migratório interno e corresponde à saída das pessoas do campo em direção às cidades (SCHNEEBERGER; FARAGO, 2003).

[7] Fundamentado na Constituição Federal/88 e na Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mediante a identificação de atribuições do Estado - Secretaria Estadual da Educação e municípios, o **Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal**

> Desenvolvimento do Ensino Municipal), isto é, escolas estaduais municipalizadas (SANTOS, 1993, p. 63-64).

Passa então, a partir de 1989, a vigorar o Projeto Piloto com a proposta de nuclearização das escolas rurais do município de Santa Maria e a fazer parte do Plano Municipal de Educação (SANTOS, 1993, p. 67). O Projeto passa a ser de interesse tanto das comunidades rurais envolvidas quanto das políticas locais de desenvolvimento e qualidade da Educação.

2.1 DA CRIAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Das inúmeras conversas que se teve o prazer de compartilhar com a Profª. Irene Fernandes Santos, que na época ocupava o cargo de Coordenadora Pedagógica do Projeto Piloto junto à Secretaria Municipal de Educação (SMEd) de Santa Maria, foi possível perceber em sua fala calma e envolvente, a importância deste projeto para sua satisfação enquanto professora e, que posteriormente, para as melhorias que seriam possibilitadas no ensino rural destas escolas.

Na época, encontrava-se como Secretário da Educação do município o Prof. Pedro Lacueder Aguirre, o qual manifestou inteira colaboração e aprovação para o projeto da Profª. Irene. Primeiramente, segundo a própria professora, foi realizada uma "sondagem" através de um questionário aplicado aos alunos, aos pais e aos professores, num universo de mais cem (100) pessoas entre as doze (12) localidades rurais, com o intuito de perceber, mediante suas falas, o caráter favorável ou não à criação de uma escola maior, que concentrasse as atividades, em que a qualidade do ensino estivesse em primeiro lugar e o acesso dos alunos à sala de aula fosse facilitado.

(PRADEM) possibilita o estabelecimento de uma relação de parceria entre o Governo do Estado e os municípios. Tem por objetivo promover a integração no gerenciamento de recursos humanos e esforços, com vistas à expansão e melhoria do Ensino Fundamental e à qualidade do Sistema Educacional, através do provimento de professores para regência de classe (devidamente habilitados e com nível de titulação prevista na Lei Federal nº 9394/96) e servidores de escola. Tal gerenciamento é definido pela cedência e/ou contratação, por parte das Prefeituras Municipais, dos recursos humanos necessários às Escolas Estaduais, que nelas passam a exercer suas funções. Trata-se de um convênio de ressarcimento, pelo qual a Secretaria de Estado da Educação repassa aos municípios os recursos financeiros devidos, em conformidade com os prazos estabelecidos no convênio e com a correta apresentação das Planilhas de efetividade e valores salariais (**Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Estadual no Município (PRADEM) – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RS, 2009).**

> O resultado dessa sondagem foi animador. Das cento e trinta e duas (132) famílias que responderam o questionário, apenas quatro (4) delas rejeitaram, neste primeiro momento, a idéia de nuclearização, tendo o índice de aceitação da proposta atingido o percentual de 96,96% das famílias consultadas. Dos locais propostos para sediar a futura Escola Núcleo, o que teve a maior acolhida foi São José da Porteirinha, no distrito de Dilermando de Aguiar, com 54,38% das respostas positivas, ficando a localidade de Alto das Palmeiras, no distrito de Boca do Monte com a segunda preferência (SANTOS, 1993, p.69-70).

Sem dúvidas, conforme aponta Santos (1993), este consistia no "pontapé" inicial para a proposta de Nuclearização das escolas rurais deixarem de existir somente no papel e passarem a ser realidade para os distritos envolvidos. O apoio das comunidades rurais, manifestado através da consulta, que revelou a totalidade da aceitação, demonstrou a aprovação para a criação e a consolidação do projeto-piloto, oferecendo assim, uma oportunidade para a educação rural do município. Quanto à localização, o distrito de Dilermando de Aguiar, hoje município da região central do Rio Grande do Sul, foi apontado como o mais favorável para a implantação do projeto. Considera-se a distância, cerca de 35 Km, entre o município sede (Santa Maria) e o antigo distrito (Dilermando de Aguiar) um dos fatores determinantes para a sua escolha.

> Em 11 de Janeiro de 1990, o Projeto Piloto "Nuclearização de Escolas da Zona Rural de Santa Maria" foi levado e entregue, em mãos, pelo Titular da SMEd e pela Coordenadora de Ensino Rural à Presidência e à Assessoria Técnica do referido Conselho. Nesta oportunidade, ao ser inteirado da proposta de funcionamento da Escola Núcleo, o dirigente do Conselho Estadual de Educação/Rio Grande do Sul (CEE/RS) reconheceu tratar-se de uma proposta inovadora para a educação rural no Rio Grande do Sul, já que as escolas-pólo existentes em outros municípios (Alegrete, por exemplo) possuíam um sistema de funcionamento diário convencional. Afirmou, também, que, em razão da importância do Projeto, o mesmo seria apreciado em regime de urgência pela Comissão de Ensino de 1º Grau daquele órgão. Efetivamente, em sessão plenária de 25 de Janeiro de 1990, o Conselho Estadual de Educação/Rio Grande do Sul (CEE/RS) aprovava o parecer 315/90, autorizando a implantação do Projeto na Escola Municipal de Primeiro Grau Valentim Bastianello, em Santa Maria (SANTOS, 1993, p.72).

O Projeto Piloto consistia, segundo Santos (1993), em uma proposta inovadora, que contava com o apoio dos dirigentes políticos da época, bem como do aceite em massa da comunidade envolvida. Era uma etapa, de uma longa caminhada, traçada pelo meio rural, pelas escolas que ali estavam sediadas, pelos professores e professoras que dedicam parte de suas vidas em prol de um bem maior: uma Educação justa e de qualidade e ao alcance de todos. Neste sentido, este processo de nuclearização das escolas rurais do município de Santa Maria passou por algumas etapas, conforme aponta Santos (1993, p. 73-74):

> 1ª) Elaboração de uma proposta inicial ou anteprojeto, com base na filosofia e na política educacional do município; 2ª) sondagem e levantamento de dados junto à comunidade; 3ª) apreciação e aprovação do anteprojeto pela administração municipal; 4ª) aprofundamento das discussões com a comunidade escolar e elaboração do projeto definitivo; 5ª) aprovação do projeto pelos órgãos educacionais competentes (Conselho Municipal de Educação de Santa Maria – CMESM e Conselho Estadual de Educação/Rio Grande do Sul – CEE/RS) e; 6ª) implantação do projeto mediante ação integrada interinstitucional.

Levando em consideração as etapas apontadas por Santos (1993), a primeira escola núcleo que agrupava, na época, dez (10) escolas chamou-se Escola Municipal de Primeiro Grau Valentin Bastianello, na localidade de São José da Porteirinha, hoje Distrito de Dilermando de Aguiar/RS. Vale ressaltar que a escolha por esta escola deu-se pela vontade da comunidade em torná-la sede do Projeto Piloto de Implantação das Escolas Núcleo, conforme pode ser observado na figura 3.

HISTÓRICO I

Ata nº 843 de 31/08/1915 - Cria a aula Municial no 2º Distrito, lugar denominado SÃO JOSÉ.

Elevada à categoria de Escola Reunida, com duas salas de alvenaria.

Teve a denominação de Escola Municipal Reunida Valentim Bastianello em 1967, pela Lei Municipal 1272 de 17/04/1967.

Em 1977 passa a chamar-se Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Valentim Bastianello.

O parecer nº 315/90 do Conselho Estadual de Educação, autoriza, por quatro anos, a partir de 1990, o desenvolvimento da experiência pedagógica denominada: "Projeto Piloto de Experiência Pedagógica - Nuclearização de Escolas de Zona Rural".

A Portaria - Ato/SE - .1194, de 24/10/91, autoriza funcionamento de 6ª, 7ª e 8ª séries do Ensino de 1º Grau, neste Estabelecimento de Ensino, passando a designar-se ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU VALENTIM BASTIANELLO.

Figura 3: Recorte do Jornal "Correio do Núcleo" demonstrando um pequeno histórico sobre a criação e implantação da 1ª Escola Núcleo Valentin Bastianello (sem data)
Fonte: Arquivo Pessoal de Irene Fernandes dos Santos, 2009.

Os gestores do Projeto Piloto de Nuclearização das escolas rurais, em especial, a Professora Irene Fernandes dos Santos, que na época atuava como Coordenadora Pedagógica do Projeto, bem como o Secretário Municipal de Educação, Professor Pedro Lacueder

Aguirre, tiveram uma preocupação particular com os Princípios Pedagógicos e os Metodológicos para a elaboração do Projeto Piloto. Estes princípios deveriam levar em conta principalmente a vida das comunidades locais, as metodologias de ensino empregadas pelos professores (as) no que se refere às suas práticas pedagógicas e a qualidade da Educação repassada a estes alunos e alunas.

Dentre os princípios pedagógicos e metodológicos salientados por Santos (1993, p.117-118), destacam-se a "(1) Contextualização curricular; (2) Integração e participação comunitária; (3) Criatividade; e, (4) Racionalização e valorização dos recursos do meio". Estes princípios estão presentes até os dias de hoje na fala dos professores (as). Como exemplo, cita-se a fala da Professora Edinara, da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria (SMEd), em palestra na Universidade Federal de Santa Maria, no dia 24 de Setembro de 2008, quando destaca: "Os princípios norteadores das escolas rurais de Santa Maria delimitam-se na valorização dos recursos do meio, na integração, na participação e na contextualização".

Para a SMEd, o princípio da "contextualização[8]" tem se demonstrado, na opinião dos professores e das professoras, o mais desafiador, pois é reflexo da formação de professores essencialmente voltada para a realidade urbana, o que impõe, de certa forma, uma barreira entre o contexto de atuação destes profissionais da educação e a valorização dos saberes sociais das comunidades rurais.

> Em escola núcleo nós valorizávamos os recursos do meio, então além dessas palavras bem expressivas ainda nesse núcleo temático, as professoras também elaboravam um dicionário de palavras. Até tem um trabalho de uma professora que fez com palavras do uso comum no meio rural, palavras que uma comunidade usa e outra não usa. Tivemos um projeto que era "o pai que ia na escola ensinar alguma coisa que ele sabia". Então tinha uma senhora que sabia fazer acolchoado, na região de Itaara tinha muita criação de ovelha, então ela ia na escola para ensinar para as alunas maiores ou para as mães como fazer trançado de lã de ovelha. Tinha um senhor que ensinava a fazer balaio e os pais se sentiam muito bem ensinando (Irene Fernandes dos Santos – Entrevista semi-estruturada).

---

[8] Com referência a expressão "contextualização" é possível dizer que um ensino contextualizado resulta da compreensão dessa teia de relações e do enraizamento histórico, econômico e cultural, pois é esse contexto (espaço-tempo-homem-trabalho-cultura) que nutre os fundamentos filosóficos que, por sua vez, definem os objetivos educacionais em determinado lugar e em determinada época. Desse modo, a compreensão do contexto rural (natureza, história e cultura) e a clareza dos objetivos sociais, por parte da escola e dos educadores, favorecem a seleção dos conteúdos e das experiências de ensino. O resultado desse processo reverte-se, certamente, na formação de um indivíduo mais feliz, consciente de seus direitos e de seus deveres e empenhado na construção de um ambiente natural e social mais saudável e produtivo, espaço privilegiado para o exercício da cidadania (SANTOS, 2001, p. 27).

Ao mencionar sobre o princípio da contextualização, também presente nas palavras da Professora Irene, é possível perceber o esforço em integrar os saberes existentes no âmbito familiar para o interior da escola, pois os pais, além de dar valor ao que sabem como relação ao lugar onde vivem, transmitem a seus filhos a cultura das gerações passadas e estabelecem "vínculo" estreito com a escola.

GERAL

EDUCAÇÃO

Escola rural se adequa ao aluno

Estudantes têm aulas três vezes por semana

NÚMEROS

A trova, o teatro e a roça

Figura 4: Recorte do Jornal Zero Hora do dia 02/07/1997 que mostra a preocupação com a valorização do ensino voltado para os costumes do meio rural
Fonte: Arquivo Pessoal de Irene Fernandes dos Santos, 2009.

Conforme a figura 4, percebe-se a preocupação que havia no sentido de valorizar a cultura local. A amplitude da informação foi referenciada no Jornal Zero Hora do dia dois de Julho de 1997.

Com o passar dos anos, em 2005, as escolas rurais instituem a reestruturação dos Planos Políticos Pedagógicos e do Regimento Escolar. Nestes movimentos de renovação, as escolas municipais rurais de Santa Maria contam, atualmente, com 1018 alunos, distribuídas em oito escolas, localizadas nos limites da cidade Sede – Santa Maria/RS, conforme pode ser observado na figura 5.

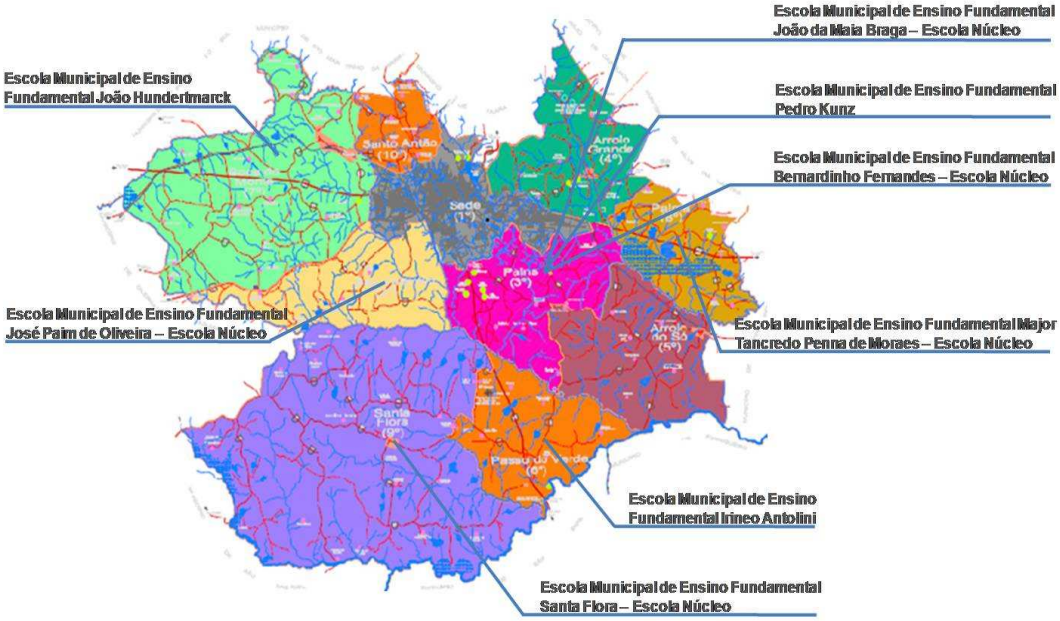

Figura 5: Mapa de localização das escolas municipais rurais de Santa Maria (Município Sede) com identificação dos respectivos distritos
Fonte: Plano Diretor de Santa Maria e Arquivo pessoal, 2009.

A partir da figura 5, é possível visualizar as Escolas Municipais Rurais do Município de Santa Maria, segundo a Secretaria Municipal de Educação (SMEd), são:

- Escola Municipal de Ensino Fundamental João Hundertmarck no Distrito de Boca do Monte;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira – Escola Núcleo localizada no Alto das Palmeiras, Distrito de São Valentim, atualmente atende alunos de quatro (4) localidades;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental João da Maia Braga – Escola Núcleo;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Kunz, localizada no Distrito de Pains;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Bernardinho Fernandes – Escola Núcleo, localizada no Distrito de Pains, atualmente atende alunos de 5 localidades;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Major Tancredo Penna de Moraes – Escola Núcleo no Distrito de Palma e atende alunos de sete (7) localidades;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Irineo Antolini no Distrito de Passo do Verde e;

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Flora – Escola Núcleo, localizada no Distrito de Santa Flora e atende alunos de seis (6) localidades.

Esta distribuição das Escolas Municipais Rurais, sejam elas nucleadas ou não, é o panorama escolar rural que se configura na região central do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente no Município de Santa Maria. Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação (SMEd) da cidade tem voltado seus olhares para a qualidade do ensino nestas escolas e os investimentos na infra-estrutura, no suporte teórico-metodológico e na qualificação dos profissionais envolvidos, que tem crescido significativamente.

Finaliza-se o texto com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a "causa do ensino rural". Utiliza-se das palavras de Santos (2001, p. 38) para fundamentar o pouco saber experiencial que, ao longo desse período, foi possível construir sobre o ensino rural, quando este "equipara a educação rural à imagem de uma árvore frondosa, cujas raízes se aprofundam no solo (contexto sócio-histórico-cultural) e cujos ramos se estendem para o infinito (mundo do conhecimento e da vida plena)". Comunga-se com Santos (2001) no sentido de acreditar no sucesso de uma educação rural de qualidade, compromissada com a formação para o exercício da cidadania, da preocupação com a sociedade e do convívio cooperado entre as comunidades.

Assim, se os esforços conjuntos fluírem no sentido da qualidade e da especificidade do meio rural, tem-se, enquanto professores, um longo caminho para semear e colher: um caminho de esperança e perseverança para a atuação no ensino rural. Ao mesmo tempo, sabem-se das necessidades de contemplar-se na formação inicial e continuada, os conhecimentos sobre as especificidades do ensino rural, assim como da atual realidade.

4. O QUE DUAS PROFESSORAS QUE ATUARAM NO ENSINO RURAL TÊM PARA NOS CONTAR? LEMBRANÇAS DE VIDA, HISTÓRIAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E TRAJETÓRIAS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

As professoras com as quais se trabalhou pertencem a um grupo extenso de professores (as) que trabalham em nosso estado e, por assim dizer, no Brasil. Esta iniciativa teve, ao longo de toda sua construção, o intuito de "colher", de algum modo, expressões significativas da vida pessoal e profissional e que, de tal maneira, expressassem uma contribuição para a História da Educação do município.

Por suas trajetórias, especialmente pela profissional, permeadas pela atuação na Secretaria Municipal de Educação do município, conferiu-se visibilidade a estas duas histórias

de vida, tornou-se**,** sobretudo, o objetivo deste trabalho. Pretende-se assim, mostrar, por meio da reconstrução das histórias de vida, quem são as professoras Irene Fernandes dos Santos e Cleusa Alves Denardin, que permanecem, por inúmeras vezes, mencionadas entre os (as) colegas de trabalho, embora, atualmente, aposentadas e atuando em atividades diferenciadas.

> Diferentemente, no processo de interpretação das informações utilizamos uma concepção em que as categorias de sujeitos são entendidas como um espaço de enunciação, em que os elementos pertinentes vão se desenhando na medida da relação dos relatos com seus contextos. A esse modo Santamarina e Marinas (op.cit., 270) chamam de "compreensión escénica", que traduzimos por compreensão de contexto. Esta compreensão privilegia, ao invés da estrutura amostral de uma história segundo o sentido originário dos textos ou dos elementos de profundidade de seus sentidos ocultos, o entendimento de que a origem e o sentido profundo dos textos é algo que construímos *pari passu*, diuturnamente (ABRAHÃO, 2008, p. 19).

O que se busca por meio desta pesquisa, que contempla e aproxima-se de duas Histórias de Vida de duas educadoras Santa-marienses vai ao encontro dos estudos realizados por Abrahão (2004, 2007, 2008) sobre Histórias de Vida de Educadores Sul-Rio-Grandenses, bem como, às opções metodológicas para a realização deste tipo de trabalho.

4.1 APONTAMENTOS FINAIS: DUAS HISTÓRIAS DE REALIZAÇÃO PESSOAIS E PROFISSIONAIS

Esta seção não tem como objetivo encerrar este trabalho. Pelo contrário, a finalidade consiste exatamente em divulgar os resultados de dois anos desta pesquisa que se utilizou dos estudos já realizados em Pesquisa Qualitativa através do Método Biográfico – Histórias de Vida de duas colaboradoras. Retoma-se o título deste trabalho: "O que duas professoras que atuaram no ensino rural têm para nos contar? Lembranças de vida, histórias sobre alfabetização e trajetórias pessoais e profissionais".

As colaboradoras desta pesquisa deram-nos o privilégio de (re)lembrar parte de uma História da Educação do Município de Santa Maria, permeadas por suas lembranças de escola, seus processos formativos e suas trajetórias educacionais, que se configurraram nas categorias de análise, emergidas após a coleta de informações.

"Estabelecer uma aproximação com as histórias de vida de duas professoras que atuaram no ensino municipal rural do município de Santa Maria - RS, a fim de (re)contar duas histórias de atuação no ensino rural, perpassando pelas lembranças de escola, pelos processos formativos e pelas trajetórias educacionais das colaboradoras" apresenta-se como o objetivo geral, a fim de delinear a caminhada realizada pela pesquisa já aludida e demonstrar os "achados" da pesquisa nos resultados alcançados.

Não se encontrou nas colaboradoras, em nenhum momento da pesquisa, "*insites*" de desesperança, de frustração, de desgosto ou de agonia. A este trabalho de pesquisa deu-se vida, cor, movimento através das suas vozes, serenas, convictas, plenas de significados e, mais que tudo, realizadas.

Representaram, junto aos seus pares e a comunidade, "Lideranças Docentes" (MOROSINI, 2006), transmitindo a capacidade de ir à busca de transformações em que acreditaram, procurando a todo o momento, qualificar a educação e o ensino rural de Santa Maria/RS.

Nas propostas educacionais que lançaram, definiram-se como "Professoras Empreendedoras" (MOROSINI, 2006), que consiste na capacidade propositiva que os professores adquirem ou despertam a partir da sua prática e por suas atuações em sala de aula, é possível destacá-las como "Professoras Marcantes" (MOROSINI, 2006). Estes professores são lembrados por toda a vida por seus feitos, pelo carinho e apreço com que trataram seus colegas e alunos, pela vida exemplar e ética que construíram e empregaram durante suas trajetórias educacionais.

Por meio da escolha pelo Magistério, transcenderam as limitações profissionais da época, impostas pela sociedade onde estavam inseridas e por este meio conquistaram outros espaços ao mesmo tempo em que se tornaram mulheres, filhas, mães e avós. A escolha profissional por elas realizada demonstrou-se desde a infância, mobilizada pelas brincadeiras de criança e pelo desejo de ir cedo para a escola.

Quanto à entrada na carreira, foram postas em provação por diversos momentos. No entanto, nem por esse motivo, sentiram-se desmotivadas ou tencionadas a desinvestir na carreira ou abandoná-la. Pelo contrário, o sentimento educacional voltava-se para projetos inovadores e que mais tarde, trariam alegria e investimentos na educação do município. Isto é o que Arroyo (2001) chama de "Ofício de Mestre".

> O termo ofício remete a artífice, remete a um fazer qualificado, profissional. Os ofícios se referem a um coletivo de trabalhadores qualificados, os mestres de um ofício que só eles sabem fazer, que lhes pertence, porque aprenderam

> seus segredos, seus saberes e suas artes. Uma identidade respeitada, reconhecida socialmente, de traços bem definidos. Os mestres de ofício carregavam o orgulho de sua maestria. Inquietações e vontades tão parecidas, tão manisfestas no conjunto de lutas da categoria docente (ARROYO, 2001, p.18).

É através deste sentimento de atuar na coletividade em busca da modificação e da transformação social que as colaboradoras, por tempos definidos, exerceram funções conjuntas na Secretaria Municipal de Educação (SMEd) em Santa Maria/RS em prol de objetivos comuns: qualificar a educação rural do município.

Embora tenham proposto e desenvolvido dois projetos profissionais e de vida: a "Cartilha João-de-Barro" e o "Projeto Piloto de Nuclearização das Escolas Rurais" para Santa Maria/RS, não se tornaram "Super-Heroínas", tornaram-se "Mulheres Lembradas" pela história.

> Os percursos da construção da cultura profissional são múltiplos. Tão múltiplos quanto os percursos da formação humana. Um permanente tecido de muitos fios. Uma permanente escuta e interrogação de vivências e sentimentos. De uma greve, de um encontro, de uma oficina ou reunião pedagógica, de um livro ou de um mestre não aproveitamos apenas consciência, ilustração, lições, mas as respostas que dão às nossas perguntas mais existenciais. Aproveitamos o quanto nestes encontros, lições e trocas, nos mantemos abertos à capacidade de interrogar-nos acerca do que somos como humanos. Como nos construímos, desconstruímos, tentamos de novo. Não é nossa função de ofício? (ARROYO, 2001, p.201-202).

O ofício da humana docência. Um construir-se cotidianamente e desconstruir-se se necessário for. Abandonar idéias ao passo de que novas vão surgindo, ter nas relações humanas o verdadeiro sentido de ser e estar na profissão.

Por muitas vezes e por este motivo, as colaboradoras ofertaram atenção restrita a suas famílias, aos seus entes em prol do compromisso ético, social, moral e político que assumiram ao longo de trajetória profissional. No entanto e nem por este motivo, amargaram ou se arrependeram de suas escolhas. Nas vozes, a frase: "Faria tudo novamente!" é presença constante.

Hoje, embora aposentadas do magistério e da profissão docente, permanecem investindo na profissão, na dedicação para a família, nos projetos pessoais, nos projetos religiosos e no compromisso comunitário.

Utilizando algumas palavras das colaboradoras para elucidar o atual momento de suas vidas, escrevem assim:

> Hoje, depois dessa longa trajetória profissional, preparo-me para a aposentadoria como servidora da UFSM (por idade, mesmo que, neste ano de 2009, complete 15 anos de serviço público federal). Porém, ainda alimento muitos sonhos e tenho novos objetivos, principalmente voltados para a promoção social e para a melhoria da minha qualidade de vida. Pretendo assim: 1) intensificar minha participação comunitária: sou catequista há quase 30 anos, mas desejo muito integrar a Pastoral Social da Paróquia das Dores, que desenvolve várias ações de promoção nas vilas carentes da Paróquia; 2)intensificar minha participação na Casa do Poeta de Santa Maria (CAPOSM) da qual sou sócia-fundadora e desenvolve vários trabalhos sociais e culturais, dos quais pouco tenho conseguido participar devido a indisponibilidade de tempo, em função do meu trabalho na UFSM; 3) organizar e ampliar minha produção poética e publicar um livro solo de poemas; 4) fazer novas pesquisas de cunho histórico (publiquei este ano o livro PAINS, uma comunidade rural: sua terra e sua gente, que presenteei as escolas e as famílias mais antigas do meu distrito natal) e desejo, ampliar essa pesquisa e fazer outras sobre outros temas de meu interesse; 5) continuar praticando yoga, já que, além de me proporcionar bem-estar físico e psicológico, oportuniza-me ótima convivência com pessoas que buscam melhoria da auto-estima e qualidade de vida; 6) participar de excursões, grupos de terceira idade e freqüentar alguns cursos ou oficinas de arte; 7) dedicar-me a família, visitar mais freqüentemente meu filho que reside em Santa Catarina e que já me deu a alegria de ter um lindo neto, o Erick de 7 anos, com quem pouco posso conviver devido ao trabalho e à distância; 8) ministrar, talvez, aulas particulares de reforço a crianças carentes (Irene, relato autobiográfico, 2009).
>
> As coisas só acontecem se agente quer. Nós fazemos elas acontecer. No entanto, as dificuldades, os obstáculos estão imersos neste mundo para serem vencidos. Eu não digo que não tive dificuldades em aprender, dificuldades com meus alunos, na escola, mas fazemos acontecer somente se quisermos. Isso para mim é o mais importante da vida. Durante minha trajetória tive muitas dificuldades e uma delas e muito marcante foi quando alfabetizei uma pessoa adulta, com 42 anos, que não sabia a letra A. Disse ele que na firma onde trabalhava iriam colocá-lo na rua se ele não tirasse a carteira de motorista. Disse ele: "preciso de sua ajuda!". E ajudei da melhor forma possível. Ele vinha das 8 às 10 da noite, muitas vezes eu me sentia cansada, mas não desistimos e em seis meses ele terminou a alfabetização, chegando a parte escrita, a elaboração de pequenos textos. Com oito meses, ele tirou a carteira e veio mostrá-la para mim. Agora, cada vez que ele passa por aqui, ele buzina e mostra a carteira! Essa é a minha profissão, e ela dá presentes pra gente sempre! (Cleusa, entrevista semi-estruturada, 2009).

Fecham-se estas histórias com as vozes das colaboradoras, Irene e Cleusa. Não hesito, mesmo que em 1ª pessoa do singular neste momento, em dizer o quanto estou agradecida pelo convívio que me foi proporcionado e pela relação de amizade e carinho que teci com as colaboradoras. A elas dedico também este trabalho como forma de agradecimento.

Espera-se que para a Formação de Professores e para a Linha de Pesquisa (LP1) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSM) este trabalho tenha vindo a somar e a enriquecer as pesquisas do campo, uma vez que, a partir da aproximação com as Histórias

de Vida destas professoras, é possível mencionar que, independentemente dos obstáculos e das dificuldades encontrados ao longo da formação inicial e continuada, não deixaram de investir na carreira, de sugerir algo novo, de inventar na profissão, mantendo a união entre colegas e acreditando no verdadeiro sentido de serem professoras.

Assim, utilizam-se as palavras da escritora Mia Couto para dizer-lhes "Tchau", jamais "Adeus".

> *"O que faz a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem presentes no futuro".*

5. Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). *A aventura autobiográfica*: teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. (Org.) *Identidade e Vida de educadores Rio-grandenses*: narrativas na primeira pessoa (e em muitas outras). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. (Org.) *História e Histórias de Vida:* destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 279 p.

_____. Educação e Trabalho (1988 a 1997) – pensando com histórias de vida. In: *Revista Educação – Edição Especial*. Porto Alegre: FACED/PUCRS, ano XXX, n. Especial, out. 2007.

_____ (Org.). *Educadores Sul-Rio-Grandenses*: muita vida nas histórias de vida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

AMIGUINHO, Abílio. Escola em meio rural: uma escola portadora de futuro? In: *Revista do Centro de Educação. Dossiê: Educação no Campo.* v. 33. n.01, 2008.

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre*: imagens e auto-imagens. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; ZANCANELLA, Yolanda. Os desafios da formação dos educadores que atuam no campo. In: *Revista do Centro de Educação. Dossiê: Educação no Campo***.** v. 33. n.01, 2008.

BRASOLIN, Paoline; ECCO, Idanir. Ser escola rural: da historicidade, das características e das representações. In: Simpósio Nacional de Educação, 2008. *Anais eletrônico*. Disponível em: <http:// www.uri.com.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/530.pdf>. Acesso em: 15 Jan. 2008.

CANÁRIO, Rui. Escola Rural: de objecto social a objecto de estudo. In: *Revista do Centro de Educação. Dossiê: Educação no Campo***.** v. 33. n.01, 2008.

ESPERANÇA, Joice Araújo; DIAS, Cleuza Maria Sobral. Das infâncias plurais a uma única infância: mídias, relações de consumo e construção de saberes. In: *Revista do Centro de Educação. Dossiê: Educação no Campo.* v. 33. n.01, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos; BARBOZA, Hélio Batista. *Novas Experiências em Gestão Pública e Cidadani***a**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 296.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 Jun. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 13 Jun. 2009.

MOROSINI, Marilia Costa. *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*: glossário. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 610 p.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *História dos Métodos de Alfabetização no Brasil*. In: Conferência promovida no Seminário de Alfabetização e Letramento em Debate. Brasília, 2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 07 Ago. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**.** OIT. Organização Internacional do Trabalho. 2009. Disponível em: < http://www.oitbrasil.org.br/>. Acesso em: 13 Jun. 2009.
PERES, Eliane. *Memórias de Alfabetização*. (Org.) Memórias de Alfabetização. Pelotas: Seiva, 2007.

PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar. (Orgs.). *Livros Escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (Séculos XIX e XX).* Pelotas: Seiva, 2003.

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NO MUNICÍPIO. PRADEM. Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino no Município. 2009. Disponível em: < http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/rel_mun.jsp?ACAO=acao2>. Acesso em: 12 Maio. 2009.

QUADROS, C. de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande*: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Editora UFSM, 2002.
THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. (Org.) *Educação e Escola do Campo*. Campinas: Papirus, 1993.

SANTOS, Irene Fernandes dos. Escola Núcleo como alternativa para a Educação Rural: uma análise sócio-histórica de uma experiência pedagógica no Município de Santa Maria - RS. 1993. 158p. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1993.

_____. *Subsídios Teórico-Metodológicos para o Ensino Rural* **–** Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Contexto e Interdisciplinaridade no Ensino Rural (GEPECIER). Santa Maria: UFSM, 2001.